PAUTA
PARA A 137ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 11 DE NOVEMBRO DE 2010

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 751, de 2010, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Dr. Manoel Joaquim dos Reis" ao viaduto localizado no km 389 da Rodovia Armando Salles Oliveira - SP 322, em Bebedouro.

2 - Projeto de lei nº 752, de 2010, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "Nelson Vieira" à Penitenciária 1 de Guareí.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 746, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Dispõe que todos os materiais escolares destinados às crianças de até 12 anos de idade deverão ter certificação dos órgãos públicos competentes de que são isentos de quaisquer riscos para a saúde.

2 - Projeto de lei nº 747, de 2010, de autoria do deputado Alex Manente. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural e Recreativa da Paulicéia" - ACREPA, em São Bernardo do Campo.

3 - Projeto de lei nº 748, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Dispõe que as embalagens de Pão Integral comercializado no Estado só conterão a expressão "integral" se o produto tiver mais que 51% (cinquenta e um por cento) de grãos integrais na sua composição.

4 - Projeto de lei nº 749, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Declara de utilidade pública a "Associação Anti-Alcoólica de Jales" - AAAJ, naquele Município.

5 - Projeto de lei nº 750, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Declara de utilidade púiblica a "Associação Cultural e Educacional Futuro Melhor", em Barueri.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 744, de 2010, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de extratos trimestrais pelas administradoras de cartão de crédito, no âmbito do Estado.

2 - Projeto de lei nº 745, de 2010, de autoria do deputado Orlando Morando. Dispõe sobre a proibição da disponibilização de sacolas plásticas nos estabelecimentos comerciais no Estado.

5ª Sessão

Projeto de lei nº 743, de 2010, de autoria do deputado Campos Machado. Acrescenta os §§ 8º e 9º ao artigo 5º da Lei nº 6.374, de 1989, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Em pauta por 15 (quinze) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 246 do Regimento Interno.

15ª Sessão

Projeto de lei nº 711, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2011.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 801, de 2008, de autoria do deputado Marco Bertaiolli. Declara de utilidade pública o "Centro de Cidadania SMP - Casa do Ancião", na Capital.

2 - Projeto de lei nº 558, de 2009, de autoria do deputado Estevam Galvão. Declara de utilidade pública a "Associação de Assistência e Promoção Comunitária - ORIENTAVIDA", em Potim.

3 - Projeto de lei nº 756, de 2009, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública o "Instituto Cidadão", em Taubaté.

4 - Projeto de lei nº 890, de 2009, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Declara de utilidade pública a "Associação de Judô de Bastos", em Bastos.

5 - Projeto de lei nº 1038, de 2009, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública a "Comunidade Terapêutica Recanto Flamboyant", em Pirassununga.

6 - Projeto de lei nº 1072, de 2009, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública o "Centro Espírita Aprendizes do Evangelho", em Ribeirão Preto.

7 - Projeto de lei nº 1209, de 2009, de autoria do deputado Milton Flávio. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Conchas" - APAE, naquele Município.

8 - Projeto de lei nº 1280, de 2009, de autoria do deputado Eli Corrêa Filho. Declara de utilidade pública a "Associação dos Rotarianos de Colina - Núcleo de Orientação ao Adolescente - ARCO", em Colina.

9 - Projeto de lei nº 1390, de 2009, de autoria da deputada Beth Sahão. Declara de utilidade pública a "Organização Não Governamental Humanizar", em Olímpia.

10 - Projeto de lei nº 1429, de 2009, de autoria do deputado Said Mourad. Declara de utilidade pública a "Associação MDLD - Amigos Unidos Venceremos", na Capital.

11 - Projeto de lei nº 104, de 2010, de autoria do deputado Milton Flávio. Declara de utilidade pública a "Instituição Beneficente Ação Univida", com sede no Parque Santa Rita, na Capital.

12 - Projeto de lei nº 320, de 2010, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Declara de utilidade pública o "Centro de Promoção Social da Paróquia Nossa Senhora das Dores de Bariri, naquele Município.

13 - Projeto de lei nº 335, de 2010, de autoria da deputada Ana Perugini. Declara de utilidade pública a "Comunidade Farol", em Indaiatuba.

14 - Projeto de lei nº 370, de 2010, de autoria do deputado Paulo Alexandre Barbosa. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Lauro Tamada", em Santos.

15 - Projeto de lei nº 409, de 2010, de autoria do deputado Rodrigo Garcia. Declara de utilidade pública o Grupo da 3ª Idade de Colina "Amigos Para Sempre", naquele Município.

16 - Moção nº 5, de 2010, de autoria do deputado Celino Cardoso. Apela para os Srs. Presidente do Senado e da Câmara dos Deputados a fim de que promovam as medidas necessárias à aprovação de uma Emenda Constitucional que estabeleça que todo e qualquer partido político só se constitui legitimamente se contar com a adesão de 1.000.000 (um milhão) de assinaturas de eleitores, originários de, pelo menos, 15 (quinze) Estados da Federação.

17 - Moção nº 29, de 2010, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Membros do Congresso Nacional a fim de que adotem as cabíveis e urgentes providências no sentido de rejeitar os Projetos de lei nºs 469, 5080, 5081 e 5982, todos de 2009, que alteram o Código Tributário Nacional e a Lei de Execuções Fiscais, especialmente o rito de cobrança administrativa e a transação tributária.

18 - Moção nº 34, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Apela para o Sr. Presidente do Congresso Nacional para que altere a legislação penal brasileira a fim de que haja maior rigor na aplicação e cumprimento das penas nos casos de crimes de homicídio, estupro, tráfico de drogas e outros.

19 - Moção nº 37, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários com assento naquelas Casas Legislativas, a fim de que empreendam esforços para aprovar o Projeto de Lei nº 1463 de 2007, que altera a Lei nº 5.869, de 1973 - Código de Processo Civil, tratando de honorários advocatícios.

20 - Moção nº 43, de 2010, de autoria do deputado Mauro Bragato. Apela para o Sr. Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para que envide todos os esforços para a construção do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente, que irá trazer benefícios aos jurisdicionados e aos profissionais do

direito que recorrem a essa justiça especializada.

2ª Sessão

1 - Moção nº 28, de 2010, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Apela para o Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral a fim de que determine a elaboração de estudos e a adoção de providências que possibilitem a regulamentação, em 2010, do voto do policial civil ou militar que se encontrar de serviço fora do seu domicilio ou zona eleitoral.

2 - Moção nº 40, de 2010, de autoria do deputado Fernando Capez. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que encaminhe ao Congresso Nacional proposta de aumento dos vencimentos dos membros das Forças Armadas a patamares condizentes com a dignidade da função.